



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ADEQUAÇÃO PREDIAL PARA ATUAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJ-CE), LOCALIZADAS NAS CIDADES CONSTANTES DO ANEXO 1 DESTES DOCUMENTOS, MEDIANTE REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA ARCANJO CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. LOTE IV (PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 8516656-98.2017.8.06.0000).

CT N.º 43/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e a empresa ARCANJO CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, representada neste ato por seu Sócio-Administrador, Sr. Francisco Roberto Arcanjo Matos, portador da carteira de identidade nº 2001012039623 SSPDS/CE, CPF nº 028.003.923-98, com endereço na Rua Clóvis Meton, nº 35, Loja 13, Bairro Jardim Cearense, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 20.997.758/0001-53, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico n. 10/2018, devidamente homologado pelo Exmo. Desembargador Presidente do TJCE, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002, e a Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações e, ainda, com o processo administrativo n. 8516656-98.2017.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O Objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), localizadas nas cidades constantes no Anexo 1 deste documento, mediante regime de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento de menor valor global por Lote, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. 10/2018, e, ainda, no(s) seu(s) Anexo(s), todos, parte(s) integrante(s) deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Terceira – Das Obrigações

São obrigações das partes neste Contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE

- I. Assegurar os recursos financeiros necessários para o pagamento relativo ao objeto deste Termo de Referência.
- II. Efetuar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela CONTRATANTE, obedecidas às condições estabelecidas neste documento.
- III. Facilitar à CONTRATADA o acesso às informações necessárias e aos locais para realização dos serviços, bem como prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- IV. Designar um representante da Administração para acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.
- V. Fiscalizar a prestação de serviços e apreciar os relatórios de serviços enviados pela CONTRATADA.
- VI. Notificar através da Central de Contratos e Convênios, toda e qualquer irregularidade observada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.
- VII. Aplicar as sanções previstas, na hipótese da CONTRATADA não cumprir com os compromissos assumidos, mantidas as situações normais, arcando a mesma com quaisquer prejuízos que tais atos possam acarretar à Administração.
- VIII. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, compatíveis com as obrigações contratuais vigentes.

§ 2º DA CONTRATADA

- I. Assessorar o CONTRATANTE nas decisões sobre a manutenção da edificação.
- II. Realizar inspeções, sempre que solicitado, nas edificações que fazem parte do objeto deste documento, apresentando relatórios periódicos sobre suas condições, identificando e classificando os serviços de manutenção necessários.
- III. Assessorar a CONTRATANTE em situações de emergência.
- IV. Realizar adequado dimensionamento dos serviços objetos deste documento.
- V. Adotar soluções que ofereçam economia e facilidade de execução, operação e manutenção (relação mais adequada entre custos e benefícios, considerando os sistemas construtivos, a durabilidade e resistência dos materiais e o padrão desejado).
- VI. Fornecer serviços e materiais para garantia do pleno funcionamento e do bom estado de conservação das edificações que fazem parte do objeto deste documento.
- VII. Responsabilizar-se pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, transportes de funcionários, transportes de materiais, transportes de equipamentos, alimentação e hospedagem de funcionários, ou seja, todas as obrigações oriundas da prestação dos serviços deste documento.
- VIII. Designar profissional(is) para o trato dos processos administrativos entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.
- IX. Designar profissional(is) responsável(is) pelas equipes de manutenção a quem os servidores da administração deverão reportar-se.
- X. Dispor de tantos profissionais, veículos e ferramentas quanto necessário forem para o adequado cumprimento de suas obrigações.
- XI. Manter, em sua base de apoio, um estoque regular dos materiais de consumo que atendam às necessidades mensais dos serviços de manutenções corretivas e preventivas e operação, tais



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

como: telhas cerâmicas e de fibrocimento, lâmpadas fluorescentes, luminárias, portas do tipo paraná e acessórios, reparos de válvulas de descarga e caixas de descarga acopladas, tintas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, cabos e fios, divisórias de PVC e acessórios de alumínio, divisórias de madeira e acessórios de alumínio, tubos e conexões de água e esgoto, eletro calhas de alumínio tipo dutotec, porta equipamentos tipo dutotec, blocos tipo dutotec, cabos de lógica, cabos de telefonia, RJ's machos e fêmeas, fechaduras, tomeiras, registros, bacias sanitárias com caixa acoplada, etc.

a) O planejamento dos volumes necessários e especificidades de itens em estoque são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não justificando a falta de itens específicos, atrasos principalmente nos prazos de atendimentos emergenciais, nem descumprimento de cronogramas estabelecidos para os serviços objetos deste documento.

XII. Garantir que seus empregados possuam idoneidade, capacidade, preparo e experiência comprovada para o desempenho dos serviços a que se propõem, reservando-se o CONTRATANTE o direito de exigir, sem nenhum ônus para si, que a CONTRATADA providencie, imediatamente, a substituição daqueles que não correspondam, por qualquer motivo, às exigências do serviço.

XIII. Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios.

XIV. Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, com ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização do uso de energia elétrica dos equipamentos.

XV. Fiscalizar regularmente o local da prestação dos serviços, com a finalidade de verificar as condições em que estão sendo prestados, inclusive quanto aos aspectos de saúde e segurança do trabalho, assim como constatar sua execução efetiva e em conformidade com as exigências contratuais.

XVI. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e/ou acidentes causados a terceiros durante o cumprimento do contrato.

XVII. Zelar para que os profissionais designados para execução dos serviços apresentem-se nas instalações do CONTRATANTE trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação, sem ônus extras para o CONTRATANTE. Como uniforme completo entende-se o conjunto de calça comprida, camisa e calçado com solado de borracha em condições de perfeito isolamento.

XVIII. Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, garantindo, inclusive, que seus prepostos utilizem todos os equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos conforme a natureza dos serviços, observando as normas de segurança vigentes.

XIX. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XX. Todas as imperfeições verificadas nos serviços executados pela CONTRATADA deverão ser corrigidas tão logo detectadas, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

XXI. Executar os serviços obrigatoriamente por profissionais habilitados, qualificados, treinados e credenciados para o desempenho das tarefas, com supervisão de um profissional habilitado e credenciado para o desempenho dos serviços objeto deste documento.

XXII. Utilizar materiais de primeira qualidade em quantidade compatível com a demanda.

XXIII. Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada, quanto a incompatibilidades técnicas existentes, alterações dos planos de manutenção, etc.

XXIV. Garantir os serviços propostos, durante a vigência do contrato, inclusive respondendo por quaisquer danos nas edificações que façam parte do objeto deste documento, em caso de problema comprovadamente ocasionado por ineficiência, negligência ou não execução dos procedimentos de manutenção exigidos neste documento.

XXV. Adotar, sempre que possível, padronização dos insumos utilizados e serviços realizados.

XXVI. Executar os serviços objeto deste documento, com fornecimento de materiais, em conformidade com as especificações de cada especialidade, descritas nas tabelas de referência



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

utilizada (SINAPI ou SEINFRA), nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, demandadas, orçadas, aprovadas, programadas e executadas conforme especificações anteriores.

XXVII. Todos os materiais e peças a serem empregados deverão ser de primeiro uso e primeira qualidade, atendendo aos melhores padrões de mercado, devendo satisfazer às especificações e recomendações dos fabricantes e do CONTRATANTE.

XXVIII. Participar, sempre que solicitado, sem ônus para o CONTRATANTE, de reuniões técnicas com a Coordenação de Manutenção, nas dependências do TJ-CE ou em qualquer das edificações pertencentes ao CONTRATANTE nas cidades constantes no Anexo 1 do Termo de Referência.

XXIX. A contratação se efetivará por meio de contrato, e deverá ser assinado pela proponente vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expedida pelo CONTRATANTE para este fim.

Cláusula Quarta – Das Especificações do Objeto

Abrange os principais grupos de serviços comuns de manutenção predial e adequação predial, inclusive com fornecimento de material, que fazem parte do objeto deste contrato.

§ 1º Não fará parte do escopo do objeto deste contrato as instalações que sejam cobertas por contratos específicos, respeitadas literalmente as exceções e consideradas inclusas as generalidades das discriminações abaixo:

I. Instalações elétricas em geral

- a) Exceto bancos de capacitores, subestações abrigadas e geradores (contrato específico).
- b) Inclusive conserto de bombas.

II. Instalações hidráulicas e hidrossanitárias em geral

- a) Inclusive vedação e limpeza de caixas d'água e cisternas, e esgotamento de fossas sépticas e sumidouros, hidrantes e mangueiras de incêndio.
- b) Exceto tratamento de águas servidas (contrato específico).

III. Telefonia, dados e som, em redes estruturadas ou não

- a) Inclusive passagem, identificação e crimpagem de cabos;
- b) Telefonia, exceto Manutenção de um grupo já contratado de centrais telefônicas (contrato específico).

IV. Edifício

- a) Incluindo estruturas, alvenarias, divisórias, portas, janelas, portões, forros, pinturas, grades, cobertas, pisos, esquadrias, impermeabilizações, aplicação de películas, confecção de chaves, conserto de portões automáticos e fechaduras elétricas.

- b) Exceto Manutenção de elevadores (contrato específico).

V. Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas e Sistemas de Aterramento

- a) Exclusivamente verificação e correção dos componentes do SPDA (se estão em bom estado, conexões e fixações estão firmes e livres de corrosão);

VI. Sistemas de refrigeração

- a) Exclusivamente manutenção e limpeza de bebedouros.

VII. Jardinagem

- a) Exclusivamente podas de árvores e limpeza de terrenos dos prédios.

VIII. Serviços de adequação predial



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) Incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, envolvendo todos os grupos construtivos necessários à preservação do patrimônio, ao restabelecimento de condições estruturais, de conforto e de segurança e/ou adequação de condições funcionais das unidades do Tribunal de Justiça contidas em cada uma das regiões constantes nos **anexos deste Termo de Contrato – Anexo 1**.

Cláusula Quinta – Da Terminologia

Para os estritos efeitos deste documento, são adotadas as seguintes definições:

§ 1º CONTRATADA: empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou Contrato.

§ 2º CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

§ 3º Conservação: atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes da edificação.

§ 4º Manutenção: conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.

§ 5º Manutenção (ou Conservação) Corretiva: conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

§ 6º Manutenção (ou Conservação) Preventiva: conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas, incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.

§ 7º Manutenção Programada: manutenção preventiva e/ou corretiva realizada em obediência a um Programa ou Plano de Manutenção dos componentes da edificação.

§ 8º Adequação Predial: serviços realizados com o objetivo de realizar modificações na edificação para adequá-la a um novo layout.

§ 9º Atendimento Emergencial: são considerados atendimentos emergenciais aqueles onde haja risco potencial a seres humanos e de perdas ou deterioração de processos ou bens patrimoniais, ou ainda paralisação das atividades da unidade (Falta de energia elétrica, falta de água potável encanada, infiltração na cobertura, entre outras, a critério da CONTRATANTE) caso não haja uma intervenção imediata.

§ 10º Serviços eventuais: são serviços executados sob demanda específica do CONTRATANTE, e que visam o atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada.

§ 11 Rotina de Execução de Serviços: é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.

§ 12 Fiscal do Contrato: é o representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8666/93, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

§ 13 Produtos ou Resultados: são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.

§ 14 Ordem de Serviço: é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 15 Sistema: conjunto de equipamentos, periféricos, acessórios, elementos, materiais ou componentes, ligados fisicamente ou não, os quais, utilizando seu desempenho individual, contribuem para uma mesma função.

§ 16 Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas: são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro ou multímetro digital do tipo alicate e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria.

§ 17 Equipamentos de Proteção Individual (EPI's): são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

Cláusula Sexta – Da Infraestrutura de Apoio Técnico e Operacional

A infraestrutura de apoio técnico e operacional desta contratação obedecerá aos parágrafos e incisos abaixo descritos.

§ 1º Base de Apoio

I. A CONTRATADA deverá manter no mínimo 01 (uma) base de apoio operacional, durante todo período de vigência do contrato, sendo:

a) Para as empresas que oferecerem proposta para o lote 1: Na sede do Palácio da Justiça, localizado em Fortaleza-CE;

b) Para as empresas que oferecerem proposta para o lote 2: Na comarca de Sobral ou em cidade distante no máximo 40km;

c) Para as empresas que oferecerem proposta para o lote 3: Na comarca de Quixeramobim ou em cidade distante no máximo 40km;

d) Para as empresas que oferecerem proposta para o lote 4: Na comarca de Juazeiro do Norte ou em cidade distante no máximo 40km;

e) Para as empresas que oferecerem proposta para o lote 5: No Fórum Clóvis Beviláqua, localizado em Fortaleza-CE;

II. A base de apoio deverá possuir no mínimo os seguintes equipamentos:

a) Um computador (ou notebook) com acesso à internet e softwares de edição de texto e planilha eletrônica.

b) Uma linha de telefone fixo com atendente no horário comercial.

c) Dois aparelhos de telefone celular, cada um habilitado em uma operadora diferente, de uso funcional do coordenador da base de apoio e do Engenheiro responsável pela empresa.

§ 2º Mão de obra

I. A CONTRATADA deverá disponibilizar para prestação dos serviços objeto deste documento, durante toda a duração do Contrato, quadro de colaboradores com no mínimo:

a) Quadro de colaboradores de acordo com a equipe do Apoio Técnico e Operacional.

b) A CONTRATADA deverá, ainda, dispor em seu quadro de funcionários, para o fiel cumprimento dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, definidos em reuniões realizadas com a participação do Engenheiro Civil responsável técnico pela CONTRATADA e de Engenheiro(s) e/ou Técnico(s) do CONTRATANTE, os profissionais nas seguintes especialidades, ou até outras mais específicas não citadas, desde que solicitadas pelo CONTRATANTE: eletricista de redes elétricas de baixa tensão (com curso de NR 10), bombeiro hidráulico, pintor, carpinteiro, pedreiro e técnico de telefonia.

c) A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender os seguintes requisitos:

c.1. Sócio: cópia do contrato social devidamente registrado no órgão competente;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

c.2. Diretor: cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

c.3. Empregado: cópia atualizada da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou contrato de trabalho em vigor;

c.4. Responsável técnico: cópia de certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da CONTRATADA onde consta o registro do profissional como RT;

c.5. Profissional contratado: contrato de prestação de serviços escritos firmados com a CONTRATADA, com prazo de duração, no mínimo, igual ao prazo de execução do contrato.

d) Sempre que necessário para o atendimento dos serviços demandados pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá disponibilizar tantos profissionais quantos forem necessários das especialidades adequadas ao escopo dos serviços em questão.

§ 3º Apoio Técnico e Operacional

I. O apoio técnico e operacional do contrato refere-se às despesas de manutenção das equipes técnicas e administrativa e da infraestrutura necessária para a execução e acompanhamento dos serviços, sendo:

II. Para o lote 1:

Mão de Obra	Quantidade de Postos	Carga Horária (horas/mês/posto)
Engenheiro Civil	1	220
Técnico De Nível Médio	1	220
Encarregado de Setor	2	220

III. Para os lotes 2, 3, 4 e 5:

Mão de Obra	Quantidade de Postos	Carga Horária (horas/mês/posto)
Engenheiro Civil	1	110
Técnico De Nível Médio	1	220
Encarregado de Setor	2	220

IV. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer o acompanhamento técnico através dos seus profissionais responsáveis pelos serviços durante todo o prazo de vigência contratual. Esses profissionais deverão estar disponíveis à CONTRATADA durante a jornada de trabalho, em caráter exclusivo, sendo que durante este período deverá acompanhar, planejar, fiscalizar e orientar seu quadro de funcionários além de preencher e assinar os relatórios de serviço, verificando orientações e observações da FISCALIZAÇÃO. Os serviços somente poderão ser iniciados com estes profissionais já definidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

V. A empresa contratada deverá, ainda, observar as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação de mão de obra terceirizada conforme as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça;

VI. O pagamento deste item será feito sob medição mensal.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VII. Sempre que for constatada, pela FISCALIZAÇÃO, divergência quanto ao número de profissionais em contrapartida aos especificados nos incisos II e III do §3º desta Cláusula deverá ser descontado dos respectivos valores nas medições.

VIII. Todo serviço realizado em horário extraordinário somente poderá ser realizado e remunerado se devidamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA.

IX. O item Engenheiro Civil deverá ser pago proporcionalmente ao cumprimento das metas descritas na tabela abaixo:

META	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	FÓRMULA
META 1	Responsabilidade Técnica pelos serviços executados	30%	VALOR FIXO
META 2	Entrega dos orçamentos solicitados no período da medição.	30%	Nº Orçamentos Entregues / Nº Orçamentos Solicitados
META 3	Execução do Plano de Manutenção Programada	40%	Nº Unidades Visitadas / Nº Unidades Previstas

X. Para os profissionais descritos nos incisos II e III do §3º desta Cláusula, serão aplicados os pisos salariais bem como as vantagens remuneratórias elencadas no Anexo VIII tendo seus valores extraídos das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias respectivas.

XI. Por se tratar de mão de obra fixa, não será aplicado BDI sobre os custos de mão de obra do Apoio Técnico e Operacional, devendo incidir um índice percentual a título de TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, limitada a 5%.

Cláusula Sétima – Do Planejamento, Execução e Controle da Manutenção

Os serviços deste contrato serão executados conforme planejamento e controle de manutenção previstos nos parágrafos desta Cláusula.

§ 1º Cronograma de Manutenção Programada

I. A CONTRATADA deverá apresentar a Coordenação de Manutenção, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, para apreciação e aprovação, cronograma de manutenção programada anual, a cada uma das unidades do Tribunal de Justiça constante no Anexo 1.

II. Durante a visita da equipe de manutenção programada deverá ser preenchido o check-list descrito no Anexo 4, bem como as Ordens de Serviços corretivas pendentes referentes àquela unidade.

§ 2º Reuniões de Planejamento e Controle

I. Os roteiros de atendimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão discutidos em reuniões a serem realizadas de acordo com os itens abaixo:

a) Objetivo: adequar a programação às novas demandas de serviços de manutenção, adequações prediais e controle dos serviços executados.

b) Frequência: a critério da CONTRATANTE;

c) Local:

c.1. Para os Lotes 1, 2, 3 e 4: No Palácio da Justiça (Cambéba, Fortaleza, Ceará) ou em alguma unidade dentro da região de atendimento, a critério da CONTRATANTE.

c.2. Para o Lote 5: No Fórum Clóvis Beviláqua (Fortaleza, Ceará) ou em alguma unidade dentro da região de atendimento, a critério da CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

d) Participantes Obrigatórios: Engenheiro Civil responsável técnico pela CONTRATADA e de Engenheiro(s) e/ou Técnico(s) do CONTRATANTE.

e) Tópicos Fixos da Reunião

e.1. Programação da resolução de demandas de manutenções preventivas, corretivas e serviços de adequação predial, mediante ordens de serviços e planilhas de quantidades e preços por unidade.

e.2. Ratificação ou adequação do cronograma de manutenção programada.

e.3. Programação da resolução de pendências de serviços em cada uma das Comarcas levantadas pela fiscalização, recebidas pela central de atendimento do CONTRATANTE ou recebidas via documento administrativo.

e.4. Apresentação de Orçamentos.

e.5. Previsão de data de início e de término dos serviços.

f) Observações Importantes:

f.1. O estabelecimento prévio de roteiros não impede que, a critério do CONTRATANTE, outras localidades pertencentes ou vizinhas ao trajeto, com necessidades de atendimento emergencial ou de urgência, ou ainda, solicitações emitidas após a realização da reunião, sejam incluídas para aproveitamento do deslocamento.

f.2. Sempre que necessário para o atendimento dos prazos acordados nas reuniões de Planejamento e Controle, a CONTRATADA deverá disponibilizar tantos profissionais quantos forem necessários das especialidades adequadas ao escopo dos serviços em questão.

f.3. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias após as solicitações, os cronogramas, croquis e orçamentos detalhados dos serviços demandados nas reuniões. O início dos serviços deve ser, no máximo, em até 5 (cinco) dias após aprovação dos orçamentos pela CONTRATANTE.

§ 3º Orçamentos e Medições

I. Os Orçamentos, em sua integralidade, deverão ser detalhados, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados que expressem a composição de todos os seus custos unitários, baseados nas tabelas de insumos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil, com base no mercado local. O **Anexo 2** apresenta modelo de Orçamento devidamente preenchido.

II. Nos casos em que a Tabela Insumos do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverão ser adotados aqueles disponíveis na Tabela da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA).

III. Nos casos em que as Tabelas do SINAPI e SEINFRA não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, a contratada deverá apresentar orçamento detalhado, em até 5 (cinco) dias após as solicitações. Os orçamentos emitidos serão submetidos aos técnicos do Tribunal de Justiça, conferidos e comparados com os preços de mercado e se necessário adequados a tal, antes da eventual aprovação e autorização de execução pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça.

IV. Para o pagamento da mão de obra dos serviços será considerado o percentual dos encargos sociais HORISTA, conforme descrito no **Anexo 10.**, exceto para a mão de obra descrita no **§3º da Cláusula Sexta** (Apoio Técnico e Operacional) o qual deverá ser aplicado o percentual MENSALISTA.

V. A tabela de custos utilizada para realização dos orçamentos dos serviços executados será aquela vigente na data da elaboração da proposta.

VI. As fontes de consulta devem ser indicadas na Planilha de Medição.

VII. Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA – Mão de Obra:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

$$PV = [PC \times (1 + ES) + EC] \times (1 + BDI) \times (1 - DE)$$

Onde:

PV = Preço de Venda (a ser pago pela CONTRATANTE)

PC = Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência, SINAPI ou SEINFRA, sem encargos sociais)

ES = Encargos Sociais (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

BDI = Benefício por Despesas Indiretas (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

DE = Desconto sobre os preços das tabelas de referência SINAPI ou SEINFRA (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

EC = Encargos Complementares (se houver)

VIII. Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA – Insumos

$$PV = PC \times (1 + BDI) \times (1 - DE)$$

Onde:

PV = Preço de Venda (a ser pago pela CONTRATANTE)

PC = Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência, SINAPI ou SEINFRA)

BDI = Benefício e Despesas Indiretas (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

DE = Desconto sobre os preços das tabelas de referência SINAPI ou SEINFRA (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

IX. Cálculo da Indenização pelos custos por deslocamento:

$$IDE = DI \times Vkm$$

Onde:

IDE = Indenização por Deslocamento

DI = Distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE)

Vkm = Valor do km rodado

a) Os tempos de deslocamentos dos profissionais envolvidos nos serviços, a serem extraídos do site do DER-CE, serão considerados como tempo de serviço.

b) O valor da indenização será o resultado da multiplicação da distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE - consultar sítio <http://mapas.der.ce.gov.br/>), pelo produto do valor do km definido no CONTRATO, observados os itens a seguir:

c) Para o(s) caso(s) de mais de um serviço realizado em uma mesma viagem, será paga uma única indenização por deslocamento, por localidade.

d) Para o(s) caso(s) em que forem programadas manutenções em mais de uma localidade, em uma mesma rota, a distância a ser considerada será a da rota (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), e não o somatório da distância de cada cidade à Base de Apoio (ver exemplo de cálculo no Anexo 8. Não será paga indenização por deslocamento para atendimento nas edificações localizadas na cidade da Base de Apoio.

X. Cálculo da Indenização pelos custos por diárias

$$IDI = ND \times NT \times VD$$

Onde:

IDI = Indenização por Diárias

ND = Número de dias

NT = Número de trabalhadores envolvidos nos serviços



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

$$PV = [PC \times (1 + ES) + EC] \times (1 + BDI) \times (1 - DE)$$

Onde:

PV = Preço de Venda (a ser pago pela CONTRATANTE)

PC = Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência, SINAPI ou SEINFRA, sem encargos sociais)

ES = Encargos Sociais (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

BDI = Benefício por Despesas Indiretas (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

DE = Desconto sobre os preços das tabelas de referência SINAPI ou SEINFRA (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

EC = Encargos Complementares (se houver)

VIII. Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA – Insumos

$$PV = PC \times (1 + BDI) \times (1 - DE)$$

Onde:

PV = Preço de Venda (a ser pago pela CONTRATANTE)

PC = Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência, SINAPI ou SEINFRA)

BDI = Benefício e Despesas Indiretas (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

DE = Desconto sobre os preços das tabelas de referência SINAPI ou SEINFRA (de acordo com a proposta da CONTRATADA)

IX. Cálculo da Indenização pelos custos por deslocamento:

$$IDE = DI \times Vkm$$

Onde:

IDE = Indenização por Deslocamento

DI = Distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE)

Vkm = Valor do km rodado

a) Os tempos de deslocamentos dos profissionais envolvidos nos serviços, a serem extraídos do site do DER-CE, serão considerados como tempo de serviço.

b) O valor da indenização será o resultado da multiplicação da distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE - consultar sítio <http://mapas.der.ce.gov.br/>), pelo produto do valor do km definido no CONTRATO, observados os itens a seguir:

c) Para o(s) caso(s) de mais de um serviço realizado em uma mesma viagem, será paga uma única indenização por deslocamento, por localidade.

d) Para o(s) caso(s) em que forem programadas manutenções em mais de uma localidade, em uma mesma rota, a distância a ser considerada será a da rota (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), e não o somatório da distância de cada cidade à Base de Apoio (ver exemplo de cálculo no Anexo 8. Não será paga indenização por deslocamento para atendimento nas edificações localizadas na cidade da Base de Apoio.

X. Cálculo da Indenização pelos custos por diárias

$$IDI = ND \times NT \times VD$$

Onde:

IDI = Indenização por Diárias

ND = Número de dias

NT = Número de trabalhadores envolvidos nos serviços



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VD = Valor da diária

a) Só será pago indenização pelos custos com diárias para serviços realizados em cidades com distâncias superiores a 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no **§1º da Cláusula Sexta** (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), observados os itens a seguir:

b) A indenização será proporcional ao número de profissionais envolvidos nos serviços executados e por competência exigida para o tipo de serviço realizado, conforme composição de custos das tabelas de referência (SINAPI ou SEINFRA-CE).

c) Para o deslocamento sem pernoite, será paga o valor equivalente a meia diária.

§ 4º Execução

I. Todos os serviços objeto deste Contrato, exceto os de caráter emergencial (a critério do CONTRATANTE), só deverão ser realizados após emissão de ordem de serviços (OS) pelo Departamento de Manutenção e Zeladoria do Tribunal de Justiça.

II. Manutenções Programadas

a) As manutenções preventivas, descritas no **Anexo 4**, deverão ser realizadas periodicamente, de acordo com o Cronograma de Manutenção conforme **§1º desta Cláusula**, previamente aprovado pelo CONTRATANTE. Qualquer alteração no Cronograma deverá ser previamente submetida à aprovação do CONTRATANTE.

III. Manutenções Corretivas

a) As manutenções corretivas serão realizadas sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços;

b) A CONTRATADA deverá prever suporte sempre que a equipe técnica de manutenção não conseguir solucionar problemas referentes à operação e a manutenção dos sistemas objeto do presente contrato.

c) Os atendimentos dos serviços de manutenção corretiva deverão ser iniciados no máximo até:

c.1. Meio-dia do primeiro dia útil subsequente a data da comunicação, para as edificações localizadas a no máximo 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no **§1º da Cláusula Sexta** (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE);

c.2. Dois dias úteis a contar da data de comunicação, para as edificações localizadas a mais de 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no **§1º da Cláusula Sexta** (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), salvo os serviços que a critério do CONTRATANTE possam ser executados quando da ocasião da visita de manutenção programada.

c.3. Quando conveniente para a Administração, os prazos acima poderão ser prorrogados. De forma exemplificativa, a fim de reduzir custos com deslocamento, o CONTRATANTE poderá optar por postergar o atendimento de manutenção corretiva para coincidir com a próxima manutenção programada.

IV. Serviços de adequação predial

a) A rota e o cronograma de serviços de adequação predial deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE, devendo estar, sempre que possível em consonância com o Plano de Manutenção.

V. Atendimentos emergenciais

a) Os serviços de atendimentos emergenciais deverão ser realizados independentemente de estarem contemplados na programação. O prazo para o início do atendimento é de no máximo 6 (seis) horas. Os tempos serão contados do momento da comunicação pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VI. Subcontratação

a) A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto deste Contrato.

b) A CONTRATADA somente poderá subcontratar serviços específicos e não contínuos, devendo, entretanto, solicitar previamente a autorização do CONTRATANTE.

c) Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

VII. Para os prazos descritos nos incisos III e V do §4º desta Cláusula, o serviço será considerado iniciado quando a equipe ou o profissional designado para executá-lo apresentar-se no local com todo o ferramental apropriado e o material necessário para execução.

VIII. O prazo para conclusão dos serviços descritos nos incisos III e V do §4º desta Cláusula será de 1 (um) dia útil devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente qualquer alteração nos prazos descritos e justificando eventuais atrasos que possam ocorrer.

Cláusula Oitava – Das Condições Gerais

Todo o material necessário para execução dos serviços, será fornecido pela empresa CONTRATADA, salvo quando mais vantajoso para o CONTRATANTE, este opte por fornecer parcialmente ou integralmente materiais necessários para a execução dos serviços.

§ 1º Os serviços de manutenção objetos deste Contrato deverão ser executados dentro dos horários de expediente das diversas unidades do Tribunal de Justiça, porém em casos especiais ou de urgência a critério da fiscalização ou a pedido expresso da empresa executora, poderão ser realizados procedimentos em horários e dias fora do expediente, inclusive serviços noturnos e/ou em feriados, sem ônus extras para o CONTRATANTE. Em tais situações, de necessidade de execução de serviços fora do expediente, exceto nos casos de extrema urgência e imprevisíveis, deverão ser tomadas medidas de prévia programação, com informação de nome(s) e número(s) de documento(s) da(s) pessoa(s) que executarão os serviços, para que sejam tomadas as devidas providências, para autorização do acesso dos mesmos ao interior das unidades.

§ 2º Cabe única e exclusivamente à CONTRATADA, a regularização prévia e manutenção do desenvolvimento dos serviços de manutenção predial e adequações prediais, em consonância com as obrigações junto ao CREA, INSS, FGTS, Corpo de Bombeiros, concessionárias de telefonia, água e energia elétrica e Prefeituras. Dentre elas a providência de apresentação em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato, de ART específica dos serviços objeto do contrato.

§ 3º Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido das instalações de qualquer uma das unidades do CONTRATANTE, para conserto em oficinas, necessitará de prévia autorização da Coordenação de Manutenção, sendo que as despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

§ 4º A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, junto a solicitação de pagamento:

I. Planilha de Medição dos serviços executados no mês anterior, conforme modelo no **Anexo 3**.

II. Check List das Edificações onde foram realizadas manutenções programadas no mês anterior, conforme modelo no **Anexo 4**.

III. Ordens de Serviço, atendidas no mês anterior, devidamente preenchidas e assinadas pelo solicitante do serviço, supervisor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, conforme modelo no **Anexo 5**.

IV. Relatório Fotográfico, constando fotos anteriores e posteriores a cada um dos serviços executados nas Unidades Judiciárias, no mês anterior, conforme modelo no **Anexo 6**.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) Os serviços que passaram por fiscalização presencial dos técnicos e/ou engenheiros do CONTRATANTE poderão ser dispensados de apresentação do relatório fotográfico.

V. Relatório de Atendimento, do mês anterior, onde deverão constar os serviços executados devidamente assinadas pelo supervisor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, conforme Anexo 7.

Cláusula Nona – Das Normas, Portarias, Regulamentações e Documentos Complementares

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

§ 1º Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes.

§ 2º A CONTRATADA deverá, ainda, obedecer:

I. A todos os Anexos deste Contrato.

II. Às prescrições e recomendações dos manuais de cada equipamento.

III. Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) em vigor.

IV. O Caderno de Encargos do DAE/CE;

V. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água, esgoto e telefonia.

VI. Às normas técnicas e portarias específicas, se houver.

VII. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas.

VIII. Às Resoluções do CREA e CONFEA.

IX. Quando necessário, as normas das entidades de proteção do patrimônio cultural, sanitária (Vigilância Sanitária), do meio ambiente (IBAMA, etc.), de trânsito, do espaço aéreo, limpeza e outros.

X. A legislação ou norma técnica aplicável que venha a entrar em vigor depois da assinatura do Contrato, quando não houver repercussão financeira. Quando houver, a CONTRATADA deverá demonstrar através de planilhas e solicitar ajustes financeiros ao contrato.

§ 3º O fato de eventualmente não ter sido citada alguma legislação ou norma técnica, não desobriga a CONTRATADA quanto ao seu cumprimento.

Cláusula Décima – Do Recebimento e Aceitação dos Serviços

Os serviços somente serão recebidos pelo CONTRATANTE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato, documentos e orçamentos dele integrante, desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

§ 1º O Recebimento PROVISÓRIO dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado imediatamente após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da CONTRATADA, mediante atesto do supervisor de Secretaria, Diretor do Fórum, Diretor/Chefe da Unidade demandante ou por servidor efetivo por estes designados.

§ 2º A CONTRATANTE poderá, a seu critério, enviar fiscal para verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes neste Contrato e no Orçamento, quando for o caso. Após a inspeção, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 3º O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades devido a vício/defeitos na realização dos serviços executados, defeitos de fabricação de materiais aplicados, ou ainda, no quantitativo de insumos utilizados.

§ 4º O recebimento DEFINITIVO será efetuado por meio de atesto emitido pelo fiscal e pelo gestor do contrato no prazo de 10 dias a partir da entrega de toda a documentação prevista no §3º da Cláusula Dezessete.

Cláusula Onze – Da Garantia dos Serviços

A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção da qualidade, garantia e desempenho dos serviços realizados e materiais empregados, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento.

§ 1º Caso o Tribunal de Justiça por seus agentes usuários ou através de seus técnicos, constate vícios de execução ou má qualidade de materiais aplicados, a CONTRATADA deverá refazer o serviço e/ou substituir os materiais inadequados, em até três dias úteis, a contar da notificação pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.

§ 2º São de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer custos por danos ocasionados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, em materiais, infraestrutura, mobiliário, processos ou equipamentos, por omissão, por imperícia ou negligência.

§ 3º Nas edificações, instalações, equipamentos ou sistemas que se encontrarem em período de garantia de fábrica (ou construtora), os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que os eventuais defeitos não estão cobertos pela referida garantia.

I. Ficando constatado que o problema nas edificações, instalações, equipamentos ou sistemas sob garantia decorrem de defeito de fabricação ou construção, ou outro qualquer coberto por garantia, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Após a comunicação, o CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA documentos tais como cópias de notas fiscais, para que esta execute às suas expensas, transporte e todos os serviços (desinstalações, instalações, acompanhamento dos serviços na assistência técnica autorizada ou construtora, etc.) necessários para que os mesmos voltem ao perfeito funcionamento.

II. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este parágrafo e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente estiver sujeito o fabricante do equipamento.

III. Durante o prazo de garantia das instalações, equipamentos ou sistemas, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

§ 4º É facultado ao CONTRATANTE, solicitar a imediata substituição de eventuais materiais aplicados ou serviços executados que não atendam às normas vigentes ou características mínimas usuais de qualidade, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE.

§ 5º O fato de técnicos do CONTRATANTE inspecionarem, fiscalizarem e receberem os serviços executados pela CONTRATADA não elimina, nem atenua as responsabilidades e garantias destes serviços, principalmente por vícios indiretos ou não visíveis.

Cláusula Doze – Da Saúde e Segurança do Trabalho

A CONTRATADA deverá obedecer fielmente às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial às seguintes:

§ 1º NR 6: Equipamento de Proteção Individual;

§ 2º NR 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais –PPRA;

§ 3º NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

§ 4º NR 11: Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- § 5º NR 12: Máquinas e Equipamentos;
§ 6º NR 13: Caldeiras e Vasos de Pressão;
§ 7º NR 17: Ergonomia;
§ 8º NR 26: Sinalização de segurança;
§ 9º NR 28: Fiscalização e Penalidades;
§ 10º NR-33: Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
§ 11 NR 35: Trabalho em altura.

Cláusula Treze – Da Responsabilidade Socioambiental da Contratada

A CONTRATADA deverá:

§ 1º Comportar-se de forma ética e transparente com a sociedade, estabelecendo metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras.

I. Promover treinamento de mão de obra e realizar manutenção preventiva de suas máquinas e ferramentas, com o objetivo obter um melhor desempenho no planejamento e controle das atividades assim como a elevação do padrão de qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

II. Adotar soluções que ofereçam segurança e conforto ambiental (insolação, ventilação, luminosidade, higiene, ergonomia e acústica) a funcionários e usuários.

III. Optar pelo uso, sempre que viável do ponto de vista técnico e econômico, de materiais ecologicamente corretos.

IV. Garantir o correto armazenamento e manuseio de materiais e ferramentas necessários para o atendimento dos prazos acordados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança.

V. Garantir descarte adequado, sem ônus para o CONTRATANTE, de insumos que possuam em sua composição química elementos que sejam prejudiciais ao meio ambiente (ex.: lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias) e apresentar declaração que o descarte ocorreu de acordo com as normas de preservação ambiental.

VI. Comprometer-se a prestar serviços de acordo com a legislação ambiental vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto.

VII. Gerir de forma eficiente o uso dos recursos.

VIII. Realizar os serviços com eficácia, economicidade e eficiência.

IX. Reduzir a geração de resíduos.

Cláusula Quatorze – Do Valor Contratado

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços objeto deste Contrato, o valor total de **R\$ 874.888,20 (oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)**.

§ 1º Incluem-se no valor acima todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Quinze – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como Fonte os Recursos Diretamente Arrecadados e os Depósitos Judiciais PIMPJ, nas seguintes dotações orçamentárias:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04200121.02.122.500.21814.1500000.33903900.27000.1.20
04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20
04200121.02.122.500.21814.1500000.33903900.21500.1.20
04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.21500.1.20
04200121.02.122.500.21814.1500000.33903900.27000.1.20
04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20
04200121.02.122.500.21814.1500000.33903900.21500.1.20
04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.21500.1.20

Cláusula Dezesseis – Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovadamente vantajoso para o Poder Judiciário Estadual, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

§ 1º As prorrogações do contrato serão precedidas da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 2º O contratado não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula – Dos Critérios de Medição e Pagamento

Devem ser obedecidos para medição e pagamento deste Contrato os critérios descritos nesta cláusula.

§ 1º Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os insumos efetivamente utilizados pela CONTRATADA e aprovados pelo CONTRATANTE, respeitada a rigorosa correspondência com o orçamento e as modificações expressas e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE, após a análise dos fiscais do contrato.

§ 2º A medição mensal de serviços e materiais será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

§ 3º As solicitações de pagamento deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- I. Ofício em papel timbrado da CONTRATADA solicitando o pagamento;
- II. Cópia da ART emitida pelo CREA-CE referente aos serviços objeto deste documento;
- III. Planilha de Medição;
- IV. Ordens de serviço das edificações visitadas no mês referente à cobrança, devidamente assinadas pelo Diretor do Fórum ou supervisor de Secretaria, bem como do Engenheiro Responsável Técnico da CONTRATADA.
- V. Relatório Fotográfico, constando fotos anteriores e posteriores a cada um dos serviços executados nas Unidades Judiciárias, no mês anterior, conforme modelo no Anexo 6.
- VI. Relatório de Atendimento, das edificações visitadas no mês referente à cobrança, onde deverão constar os materiais e mão de obra utilizados devidamente assinadas pelo supervisor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, conforme Anexo 7.

VII. Check-List das edificações visitadas em caráter de Manutenção Programada, do mês referente à cobrança;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 4º O pagamento dos valores empenhados será realizado através de depósito bancário preferencialmente junto às agências do Bradesco S/A, em até 30 dias a contar da entrega das devidas notas fiscais e das comprovações de recolhimentos fiscais ou certidões julgadas necessárias pela Secretaria de Finanças da CONTRATANTE.

§ 5º As notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto contratado somente devem ser emitidas após a emissão da Nota de Empenho.

§ 6º Fica a CONTRATADA ciente de que, quando do pagamento, será verificada sua regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas, Fazenda Federal, Estadual e Municipal e juntados aos autos os comprovantes pertinentes.

§ 7º Os documentos a que se referem o parágrafo imediatamente anterior deverão ser apresentados digitalizados, em arquivo único, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do fiscal do contrato.

§ 8º Para as parcelas que envolvam a prestação de serviços por meio de mão de obra exclusiva ou residente, notadamente a descrita no §3º da Cláusula Sexta (Apoio Técnico e Operacional) deverão ser aplicadas as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça:

I. As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS / Sesi / Sesc / Senai / Senac / INCRA / SALÁRIO EDUCAÇÃO / FGTS / RAT+FAT / SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagos pelo TJCE à empresa contratada, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial;

II. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação: férias e 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

III. Os valores provisionados para o atendimento do item anterior serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes do ANEXO 11.

IV. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados neste item, a ser depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

V. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido em acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

VI. Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas objeto de retenção;

VII. Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos do contrato;

§ 9º A Contratada não poderá condicionar, em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, os pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados – salários, repactuação salarial ou das diferenças retroativas, quando houver – ao recebimento de suas faturas junto ao TJCE;

§ 10º A solicitação do resgate dos recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – ao TJCE deve abranger os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias ocorridas no período de apenas 1 (um) mês.

§ 11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

Cláusula Dezoito – Da Garantia Contratual

A contratada deverá apresentar ao TJCE, no prazo de máxima de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco) por cento do valor anual atualizado do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Nº 8.666/93.

§ 1º A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução dos serviços e devidamente acrescida de 3 (três) meses, conforme IN n. 6 de 23.12.2013 da SLTI/MPOG.

§ 2º A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

§ 3º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE, e indenizações devidas pela CONTRATADA;

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 4º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

§ 5º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil S.A, com correção monetária, em favor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 6º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 7º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

§ 8º A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 9º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa prevista neste Contrato.

§ 10º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Tribunal de Justiça a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 11 O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais.

§ 12 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJCE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 13 Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o TJCE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

§ 14 O Tribunal de Justiça executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

§ 15 A garantia contratual somente será liberada mediante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

§ 16 O TJCE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Caso fortuito ou força maior;

II. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

III. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TJCE;

IV. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TJCE.

§ 17 Cabe ao próprio Tribunal de Justiça apurar a isenção da responsabilidade prevista nos incisos III e IV do § 16 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TJCE.

§ 18 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta Cláusula.

§ 19 Assim como no parágrafo anterior, a Consultoria Jurídica da Presidência do TJCE fixará em cada caso a orientação a respeito dos procedimentos específicos a serem adotados com o objetivo de executar a garantia quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações estabelecidas neste Contrato ou em outras normas legais.

§ 20 A ausência da renovação, tempestiva, da Garantia do Contrato ensejará aplicação das sanções contratuais.

§ 21 A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

Cláusula Dezenove – Do Reajuste e Repactuação do Contrato

O Contrato poderá ser repactuado, a qualquer momento, de forma a garantir que os preços pagos pela Administração reflitam os benefícios tributários, inclusive em caso de desoneração de folha de pa-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

gamento, concedidos pela legislação tributária em vigência no mês correspondente aos serviços executados e em cobrança pela CONTRATADA.

§ 1º O valor do contrato será fixo e irrevogável, pelo período mínimo de um ano. Após um ano da data de apresentação da proposta, este valor poderá ser reajustado com o objetivo de manter o poder de compra do CONTRATANTE, de acordo com os seguintes critérios:

I. Reajuste da estimativa de custos com serviços das tabelas de referência

a) Será reajustado anualmente de acordo com o valor vigente na tabela de referência vigente na época da entrega da proposta para contratação ou no período da renovação.

II. Reajuste da estimativa de custos com o Apoio Técnico e Operacional (Mão de Obra)

a) Será reajustado de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho descritas no **Anexo 14**.

III. Reajuste da estimativa de custos com diárias

a) Deverá ser reajustado, anualmente, com base na variação do IPCA. Em caso de extinção do referido índice, o CONTRATANTE fará opção de índice que servirá de base para o reajuste.

IV. Reajuste da estimativa de custos com deslocamento

a) Deverá ser reajustado, anualmente, com base na variação do IPCA. Em caso de extinção do referido índice, o CONTRATANTE fará opção de índice que servirá de base para o reajuste.

Cláusula Vinte – Das Sanções Administrativas

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às sanções e penalidades administrativas, conforme previsão nesta Cláusula, sem prejuízo das sanções legais, descritas nos artigos 86 a 88 da Lei n.8.666/1993 e responsabilidades civil e criminal.

§ 1º A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, respectivos decretos regulamentadores e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

I. ADVERTÊNCIA, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. MULTA, pelo descumprimento das obrigações contratuais, observando-se o disposto na **Tabela 01** e na **Tabela 02** apresentadas nesta cláusula;

III. Incidir-se-ão acréscimos percentuais sobre a multa, por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 30 (trinta) dias;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo maior que 30 (trinta) dias e menor que 60 (sessenta) dias.

IV. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação por prazo não superior a 2 anos de acordo com o art. 87 inciso III da lei 8666/93.

V. IMPEDIMENTO de contratar com TJCE por prazo de até 5 anos de acordo com o art 7º da lei 10520/2002.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VI. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII. Será suspensão temporariamente do direito de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa.

VIII. O retardamento da execução do objeto previsto na alínea b, inciso VII do §1º desta Cláusula, estará configurado quando a CONTRATADA:

a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;

b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

IX. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na **Tabela 02** deste documento, e alcançar o total de 40 (quarenta) pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na **Tabela 01**, considerando o período de 12 (doze meses), a partir da data de assinatura do Contrato ou Prorrogação Contratual, quando for o caso.

Tabela 01 – Graus e valores das infrações

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	0,001% do Valor Global Máximo do Contrato
2	2	0,005% do Valor Global Máximo do Contrato
3	5	0,01% do Valor Global Máximo do Contrato
4	7	0,02% do Valor Global Máximo do Contrato
5	10	0,05% do Valor Global Máximo do Contrato
6	20	0,5% do Valor Global Máximo do Contrato
7	40	5% do Valor Global Máximo do Contrato

Tabela 02 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por ocorrência



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2	Não atender os prazos de atendimento estabelecidos neste documento (exceto atendimentos emergenciais)	1	Por ocorrência e por dia
3	Apresentar documentação irregular	1	Por ocorrência e por dia
4	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
5	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por empregado e por dia
6	Deixar de aplicar o programa de manutenção preventiva e sua periodicidade, constante do cronograma aprovado pelo CONTRATANTE.	2	Por ocorrência e por dia
7	Fornecer informação pérdua de serviço ou substituição de material.	3	Por ocorrência
8	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente serviço, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	3	Por empregado e por ocorrência
10	Não atender os prazos de atendimento estabelecidos para os atendimentos emergenciais.	4	Por ocorrência e por hora
11	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
12	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
13	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia
14	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6	Por ocorrência
15	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
16	Permitir situação que resulte em dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	7	Por ocorrência
17	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
18	Não cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
19	Não cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
20	Deixar de atender os requisitos de instalação das bases de apoio e apoio técnico e operacional previstos neste documento.	1	Por ocorrência e por dia
21	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	1	Por ocorrência e por dia
22	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia
23	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

24	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
25	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	3	Por empregado e por dia

X. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal, será deduzido da Garantia Contratual que houver sido prestada.

a) Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, este deve ser complementado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE.

Cláusula Vinte e Um – Da Fiscalização

No curso da execução dos serviços, e quando de sua conclusão, reserva-se o CONTRATANTE por meio da Coordenação de Manutenção, o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.

§ 1º O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fiscalizará, acompanhará e supervisionará as atividades desenvolvidas pela empresa CONTRATADA.

§ 2º Na fiscalização exercida por meio de profissionais (técnico(s) e/ou engenheiro(s)) do CONTRATANTE, de forma fixa, móvel programada ou aleatória, segundo seus próprios critérios técnicos, operacionais ou de auditoria, serão observados e avaliados diversos aspectos, dentre eles:

I. Continuidade das condições mínimas técnicas e operacionais, dentro dos limites estabelecidos e diligenciados no início do contrato.

II. Aferição técnica dos trabalhos realizados.

III. Avaliação de satisfação das unidades atendidas.

IV. Confrontação do planejamento quinzenal de serviços definidos e das solicitações feitas pelas unidades com os serviços e aplicações de materiais efetivados.

V. Cumprimento do plano de manutenção programado apresentado e aprovado.

VI. Verificação dos deslocamentos e diárias de mão de obra.

VII. Regularidade da mão de obra terceirizada sob aspectos técnicos.

VIII. Condições de segurança.

IX. Adequabilidade de serviços quanto a procedimentos previstos em norma técnica ou manuais de fabricantes.

X. Adequabilidade de serviços quanto à regularidade junto ao CREA, Corpo de Bombeiros, concessionárias de água e energia elétrica, e Prefeituras.

XI. Avaliação do cumprimento dos tempos acordados de atendimentos.

§ 3º O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer a qualquer momento, diligências para fiscalizar e garantir que todas as condições técnicas, operacionais e da base de apoio exigidas neste documento, sejam mantidas durante toda a vigência do contrato.

§ 4º O CONTRATANTE deverá, ainda, designar fiscal competente para avaliar a CONTRATADA quanto os aspectos de regularidade fiscal e trabalhista.

Cláusula Vinte e Dois – Da Rescisão

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral DO CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

§ 2º A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou o tiver prestado a contento.

§ 3º A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

§ 4º Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III. Judicial, nos termos da legislação.

§ 5º DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS - A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.

§ 6º DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA - A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei.

§ 7º A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

Cláusula Vinte e Três – Do Ordenador de Despesas e do Gestor do Contrato

O órgão responsável pela contratação é o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 1º O Contrato será gerido pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 2º Em atendimento ao art. 15 da Portaria nº. 842/2015, datada de 16 de maio de 2017, que dispõe sobre a delegação de competências administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o Ordenador de Despesas será o Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE e o Presidente deste Tribunal que assinará conjuntamente os pagamentos.

Cláusula Vinte e Quatro – Da Legislação Aplicável

Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, alterada pelas Leis n. 9.648/1998; n. 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Vinte e Cinco – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 14 de ABOETO de 2018.

Des. Francisco Gladysson Pontes

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE

Sr. Francisco Roberto Arcanjo Matos

SÓCIO-ADMINISTRADOR DA EMPRESA ARCANJO CONSTRUÇÕES LTDA. EPP

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I DO CONTRATO
LISTA DE UNIDADES / COMARCAS

REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	FCB e JECC'S
Palácio da Justiça	Acarau	Ararendá	Aiuaba	Fórum Clóvis Beviláqua
Corregedoria	Amontada	Arneiroz	Abaíara	Unidades dos JECC's da Capital
Creche do Poder Judiciário	Barroquinha	Crateús	Altaneira	
Escola de Magistratura	Bela Cruz	Independência	Antonina do Norte	
Fórum das Turmas Recursais	Camocim	Ipaporanga	Araripe	
Aquiraz	Chaval	Monsenhor Tabosa	Assaré	
Cascavel	Cruz	Nova Russas	Aurora	
Caucaia	Granja	Novo Oriente	Baixio	
Chorozinho	Itapajé	Parambu	Barbalha	
Eusébio	Itapipoca	Poranga	Barro	
Guaiuba	Itarema	Quiterianópolis	Brejo Santo	
Horizonte	Jijoca de Jericoacoara	Tamboril	Campos Sales	
Itaitinga	Marco	Tauá	Caririaçu	
Maracanaú	Martinópolis	Banabuiú	Cariús	
Maranguape	Mirafra	Boa Viagem	Cedro	
Pacajus	Morinhos	Choró	Crato	
Pacatuba	Tejuococa	Deputado Irapuan Pinheiro	Farias Brito	
Pindoretama	Trairi	Ibaretama	Granjeiro	
São Gonçalo do Amarante	Urucoca	Itatira	Iguatu	
Apucarás	Alcântaras	Madalena	Ipauimirim	
Paracuru	Cariré	Milhã	Jardim	
Parapaba	Carnaubal	Mombaça	Jati	
Pentecoste	Coreaú	Pedra Branca	Juazeiro do Norte	
São Luís do Curu	Croátá	Piquet Carneiro	Jucás	
Tururu	Forquilha	Quixadá	Lavras da Mangabeira	
Umirim	Frecheirinha	Quixeramobim	Mauriti	
Uruburetama	Graça	Senador Pompeu	Milagres	
Canindé	Groaíras	Solonópolis	Missão Velha	
Caridade	Guaraciaba do Norte	Alto Santo	Nova Olinda	
General Sampaio	Hidrolândia	Ererê	Penaforte	
Ibicuitinga	Ibiapina	Iracema	Porteiras	
Paramoti	Ipu	Jaguaratama	Potengi	
Acarape	Irauçuba	Jaguaribara	Saboeiro	
Aracoiaba	Massapê	Jaguaribe	Salitre	
Aratuba	Meruoca	Pereiro	Santana do Cariri	
Barreira	Moraújo	Potiretama	Tarrafas	
Baturité	Mucambo	Acopiara	Umari	
Capistrano	Pacujá	Catarina	Várzea Alegre	
Guaramiranga	Pires Ferreira	Icó		
Itapiúna	Reiutaba	Orós		
Mulungu	Santana do Acaraú	Quixelô		
Ocara	São Benedito			
Pacoti	Senador Sá			
Palmácia	Sobral			
Redenção	Tianguá			
Aracati	Ubajara			
Beberibe	Varjota			
Fortim	Viçosa do Ceará			
Icapuí	Catunda			
Itaíba	Ipueiras			
Jaguaruana	Santa Quitéria			
Limoeiro do Norte				
Morada Nova				
Palhano				
Quixeré				
Russas				
São João do Jaguaribe				
Tabuleiro do Norte				



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II DO CONTRATO
MODELO DE ORÇAMENTO

LOGO	NOME DA EMPRESA
	IS OBRAS
	CNPJ
	MANUTENÇÃO PREDIAL TERCEIRIZADA/LOTE ____

ORÇAMENTO

MÊS DE REFERÊNCIA	PERÍODO	FATOR MULTIPLICADOR	VERSÃO SINAPI	ENCARGOS SINAPI	VERSÃO SEINFRA-CE	ENCARGOS TJCE	CONTRATO
ABR/2015		0	FEV/2015	118,48%	23	74,00%	XX/2015

1 - COMPOSIÇÃO - PARCELA MÃO-DE-OBRA								
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CUSTO TABELA	CUSTO ADEQUADO - TJCE	HORAS TRABALHADAS	CUSTO	
1.1	SINAPI	88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.2	SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.3	SINAPI	88248	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.4	SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.5	SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.6	SINAPI	34779	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.7	SINAPI	86309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.8	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.9	SINAPI	88323	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
						SUBTOTAL	R\$ 0,00	

2 – COMPOSIÇÃO – PARCELA MATERIAL			
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	TOTAL
2.1	SINAPI	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SINAPI	R\$ 0,00
2.2	SEINFRA	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SEINFRA-CE	R\$ 0,00
2.3	MERCADO	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NO MERCADO	R\$ 0,00
SUBTOTAL			R\$ 0,00

3 - INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO				
ITEM	REFERÊNCIA		PREÇO UNITÁRIO	QUILOMETRAGEM (DER)
3.1	CONTRATO	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO NECESSÁRIO PARA OS ATENDIMENTOS NAS COMARCAS	R\$ 1,02	0
			SUBTOTAL	R\$ 0,00

4 – INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS					
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DIÁRIAS	PREÇO UNITÁRIO
4.1	SEINFRA	18563	DIÁRIA EM GERAL	0	R\$ 72,59
				SUBTOTAL	R\$ 0,00

5 - CUSTO DO ATENDIMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
5.1	MÃO DE OBRA	R\$ 0,00
5.2	MATERIAL	R\$ 0,00
5.3	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO	R\$ 0,00
5.4	INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS	R\$ 0,00
5.5	FATOR MULTIPLICADOR (FM)	R\$ 0,00
5.6	CUSTO GLOBAL	R\$ 0,00

DATA DE EMISSÃO DD/MM/AAAA

ASSINATURA CONTRATADA



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III DO CONTRATO
PLANILHA DE MEDIÇÃO

LOGO	NOME DA EMPRESA
	ENDEREÇO
	CNPJ
	MANUTENÇÃO PREDIAL TERCEIRIZADA/LOTE

PLANILHA DE MEDIÇÃO							CONTRATO	XX-2015
---------------------	--	--	--	--	--	--	----------	---------

NÚMERO	PARCELA	LOTE	MÊS DE REFERÊNCIA	PERÍODO	FATOR MULTIPLICADOR	VERSÃO SINAPI	ENCARGOS SINAPI	VERSÃO SEINFRA-CE	ENCARGOS TJCE
1	1	IV	ABR/2015		0	FEV/2015	118,48%	23	74,00%

1 - COMPOSIÇÃO - PARCELA MÃO-DE-OBRA								
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CUSTO TABELA	CUSTO ADEQUADO - TJCE	HORAS TRABALHADAS	CUSTO	
1.1	SINAPI	88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.2	SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.3	SINAPI	88248	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.4	SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.5	SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.6	SINAPI	34779	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.7	SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.8	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
1.9	SINAPI	88323	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	
SUBTOTAL							R\$ 0,00	

2 - COMPOSIÇÃO - PARCELA MATERIAL				
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO		TOTAL
2.1	SINAPI	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SINAPI		R\$ 0,00
2.2	SEINFRA	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SEINFRA-CE		R\$ 0,00
2.3	MERCADO	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NO MERCADO		R\$ 0,00
			SUBTOTAL	R\$ 0,00

3 - INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO					PREÇO UNITÁRIO	QUILOMETRAGEM (DER)
ITEM	REFERÊNCIA					
3.1	CONTRATO	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO NECESSÁRIO PARA OS ATENDIMENTOS NAS COMARCAS			R\$ 1,02	0
					SUBTOTAL	R\$ 0,00

4 - INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS					
ITEM	TABELA REFERENCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DIÁRIAS	PREÇO UNITÁRIO
4.1	SEINFRA	18563	DIÁRIA EM GERAL	0	R\$ 72,58
				SUBTOTAL	R\$ 0,00

5 - CUSTO DO ATENDIMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
5.1	MÃO DE OBRA	R\$ 0,00
5.2	MATERIAL	R\$ 0,00
5.3	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO	R\$ 0,00
5.4	INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS	R\$ 0,00
5.5	FATOR MULTIPLICADOR (FM)	R\$ 0,00
5.6	CUSTO GLOBAL	R\$ 0,00

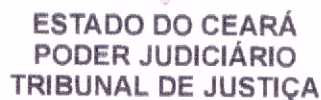
(Assinaturas manuscritas)



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IV DO CONTRATO
CHECK LIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

LOGO		NOME EMPRESA	
ENDEREÇO DA BASE			
CNPJ DA EMPRESA		CHECK-LIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
COMARCA	() FORUM () JECC () RESIDÊNCIA OFICIAL () OUTROS (Especificar):	INÓVEL VISTORIADO	ENDEREÇO DATA
RESPONSÁVEL PELA VISTORIA:	FUNÇÃO:		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
LEGENDA:	PÉSSIMO REGULAR BOM ÓTIMO NOVO		
1	ITENS VISTORIADOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1.1	VERIFICAR CONDIÇÕES DOS ACESSÓRIOS (ASSENTOS SANITÁRIOS, SABONETEIRAS, PORTA-PAPEIS DANIFICADOS)	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
1.2	VERIFICAR E CORRIGIR EVENTUAIS OBSTRUÇÕES E VAZAMENTOS		
1.3	VERIFICAR CAIXAS DE GORDURA, RALOS, SIFÕES, GRELHAS E VÁLVULAS		
1.4	VERIFICAÇÃO DE CADAS D'ÁGUA		
2	VERIFICAÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÕES, ACABAMENTOS DE CANTOS, TUBO DE ESCOAMENTO, CANALETAS, RALOS E RUÍFOS;	COBERTAS / CALHAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	
2.2	VERIFICAÇÃO DE TELHADO (MADEIRAMENTO, TELHAS QUEBRADAS E/OU TRINCADAS);		
2.3	VERIFICAÇÃO DAS CALHAS DE ÁGUAS PLUVIAIS (EFETUAR LIMPEZA, SE NECESSÁRIO)		
3	VERIFICAÇÃO DE QUADROS ELÉTRICOS (FAZER REAPERTOS EM PARAFUSOS DE CONTATOS COM OS DISJUNTORES);	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	
3.2	VERIFICAR O AQUECIMENTO E FUNCIONAMENTO DOS DISJUNTORES;		
3.3	VERIFICAÇÃO DE CONTATOS;		
3.4	VERIFICAR AS CONDIÇÕES GERAIS DOS QUADROS (ONDAÇÃO, DOBRADIÇAS, FECHOS E OUTROS);		
3.5	VERIFICAR CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO DAS BOMBAS DE SUÇÃO E RECALQUE E QUADROS DE COMANDO;		
3.6	VERIFICAR LÂMPADAS APAGADAS NO PRÉDIO (SUBSTITUIR)		
3.7	TESTAR FUNCIONAMENTO DE LÂMPADAS DE EMERGÊNCIA;		
4	VERIFICAR CONDIÇÕES GERAIS DAS PINTURAS (INTERNAS E EXTERNAS);	REVESTIMENTOS E PINTURAS	
4.2	VERIFICAR CONDIÇÕES GERAIS DOS REVESTIMENTOS (INTERNIOS E EXTERNOS);		
5	VERIFICAR CONDIÇÕES DE ESQUADRIAS	CARPINTARIA E MARCENARIA	
5.2	VERIFICAR CONDIÇÕES DO FORRAMENTO (MINERAL, GESSO, PVC E OUTROS)		
6	VERIFICAÇÃO DE ALVENARIA;	VEDAÇÕES	
6.2	VERIFICAÇÃO DE DIVISÓRIAS (GESSO, PVC, PAINEL MDO E OUTROS);		
6.3	VERIFICAR CONDIÇÕES DE ISOLAMENTO TERMOCUSTICO;		
7	VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CORROSÃO (ARMADURAS);	EDIFÍCIO	
7.2	VERIFICAÇÃO DE TRINCAS E FISSURAS;		
7.3	VERIFICAÇÃO DE DESBLOCAMENTO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS FORA DO PADRÃO NORMAL;		
7.4	VERIFICAÇÃO DE ATAQUES DE FUNGOS DE APRODECIMENTO E ATAQUE DE ORGANISMOS XILÓFAGOS (CUPINS E OUTROS);		
7.5	VERIFICAÇÃO DE ANOMALIAS (FUNDAÇÕES);		
8	VERIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DO SPDA (SE ESTÃO EM BOM ESTADO, CONEXÕES E FIXAÇÕES ESTÃO FIRMES E LIVRES DE CORROSÃO);	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS E SISTEMAS DE ATERRAMENTO	
9	VERIFICAÇÃO DE REDES TELEFÔNICAS E CENTRAL TELEFÔNICA;	TELEFONIA, DADOS E SOM	
9.2	VERIFICAÇÃO DE EMENDAS, FIXAÇÃO DE CABOS E CONEXÕES COM OS BLOCOS TERMINAIS;		
10	CORTES, PODAS DE ÁRVORES E LIMPEZA DO TERRENO DOS PRÉDIOS DO INTERIOR	JARDINAGEM	
PARECER FINAL:			
RESPONSÁVEL:			
ASSINATURA:			



Solicitacao de Servico - SS

FormRelOsSimplex

Emissao de OS_CODIGO No MPT-3768-14 - Corretiva

DESEG - TJ

05/02/2014 09:59:07

Solicitante: 4217

Funcionario: FERNANDO

MPT-3768-14

Descricao da Os

INSTALAR SISTEMA AUTOMATICO PARA A CAIXA D'AGUA NO FORUM DE CATARINA

☐ Maquina CATARINA - COMARCA DE CATARINA

Tag FORUM - FORUM

☐ Equipamento DIRETORIA - DIRETORIA

Tipo de Os 1 - Corretiva

Sintoma 16.18 - HIDRAULICA

Grupo	Descricao nao informada!
-------	--------------------------

Departamento	LB	LD	Dep	Descr
Departamento	LB	LD	Dep	Descr

Setor III -

Processo	08	CARIRI / CENTRO SUL
----------	----	---------------------

Area Executante 16 - INSTALACOES HIDRAULICAS

Centro de Custo	LBLCCDescr
-----------------	------------

Mensagem Não existe mensagem para essa OS.

Abertura	Disponível	Termino Esperado
----------	------------	------------------

05/02/2014-09:55 05/02/2014-09:55

Observacao	Equipe	-09:55	Descricao nao informada!
------------	--------	--------	--------------------------

Garantia do Equipamento

PRIORIDADE 0

Afeta Producao Sim

Retrabalho

Tempo Estimado

Formecedor

OS gerada a apartir da SS: 3729

Lancamento dos Servicos

[illegible]

Historico da Conclusao:

Ass. Programador Manutencao :

Ass. Supervisor

Aprovacao do Solicitante.....:

Ass. Meccanico:

Data de Conclusao :

Avaliação

Maquina Parada:

1 2 3 4

CT N° 43/2018



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VI DO CONTRATO
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

MANUTENÇÃO PREDIAL TERCEIRIZADA



FOTO 05 – PINTURA – DEPOIS



FOTO 06 – PINTURA – DEPOIS

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VII DO CONTRATO
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO

LOGO	NOME DA EMPRESA
	ENDEREÇO
	CNPJ
	MANUTENÇÃO PREDIAL TERCEIRIZADA/LOTE

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO		CT Nº:	XJC-2015	FATOR MULTIPLICADOR	
UNIDADE/COMARCA	PERÍODO DO ATENDIMENTO	MÊS DE REFERÊNCIA	VERSÃO DA TABELA		
JUAZEIRO DO NORTE / FÓRUM	10/03 À 22/03	FEVEREIRO 2014	SENAP: NOV/2014 SENFRA: 023		

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO	RECEBEDOR DOS SERVIÇOS:		
	NOME/MATRÍCULA	FUNÇÃO	CONTATO
PREVENTIVA			

1 – COMPOSIÇÃO EMPREGADA EM PRESTAÇÃO					
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
1.1					
1.2					
1.3					
1.4					
1.5					
1.6					
1.7					
1.8					

2 – MATERIAL EMPREGADO EM PRESTAÇÃO - MERCADO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO
2.1				
2.2				
TOTAL (C)				

3 – INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS				
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DE DIÁRIAS
3.1				
3.2				
3.3				
3.4				
3.5				
3.6				

4 – INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO				
ITEM	DIA	VEÍCULO/PLACA	PARTIDA – DESTINO	DISTÂNCIA
4.1		KOMBY – HZR 2224		
4.2				
4.3				
4.4				
4.5				

5 – RESUMO DAS OS – TEMPO DE ATENDIMENTO						
ITEM	Nº DA OS	DATA INÍCIO / FIM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	HORA INÍCIO	HORA FIM	M.O. POR SERVIÇO (ITEM)
5.1	MPT-33240-15	XX/XX – XX/XX				
5.2						
5.3						
5.4						
5.4						

6 – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	
ITEM	NOME / CPF
6.1	
6.2	
6.3	
6.4	
6.5	

6 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO			
() ÓTIMO	() BOM	() REGULAR	() RUIM

OBSERVAÇÕES:

[Assinatura]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VIII DO CONTRATO
TABELA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Grupo 1 – Apoio Técnico e Operacional

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (%)	ENCARGOS SOCIAIS (R\$)	VANTAGENS CCT	SUBTOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, Limitada a 5%)	ISS PIS CONFINS (8,65%)	VALOR TOTAL
1	Engenheiro Civil – Apoio Técnico e Operacional	Postos de Trabalho (220 h/mês)	0,5	R\$ 7.480,00	73,24%	R\$ 5.478,35	R\$ 413,60	R\$ 8.685,98	R\$ 334,30	R\$ 607,25	R\$ 7.627,53
2	Técnico de Nível Médio – Apoio Técnico e Operacional	Postos de Trabalho (220 h/mês)	1	R\$ 1.653,52	73,24%	R\$ 1.211,04	R\$ 581,92	R\$ 3.456,48	R\$ 172,82	R\$ 313,93	R\$ 3.943,24
3	Encarregado de Setor – Apoio Técnico e Operacional	Postos de Trabalho (220 h/mês)	2	R\$ 1.559,30	73,24%	R\$ 1.142,03	R\$ 69,00	R\$ 5.540,66	R\$ 277,03	R\$ 503,23	R\$ 6.320,92
										TOTAL MENSAL	R\$ 17.891,69
										TOTAL ANUAL	R\$ 214.700,28

Grupo 2 – Remuneração de Serviços.

Tabela de Remuneração de Serviços								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	ENCARGOS SOCIAIS (%)	BDI (%)	DESCONTO (%)	VALOR TOTAL	
1	Remuneração de Serviços, de acordo com as tabelas de referência SINAPI/SEINFRA.	R\$/Mês	25000	116,33%	21,58%	21,00%	R\$ 37.978,66	
Obs.: Considerar 50% dos custos como sendo mão de obra							TOTAL MENSAL	R\$ 37.978,66
							TOTAL ANUAL	R\$ 455.743,91

Obs.: Considerar 50% dos custos como sendo mão de obra

Grupo 3 – Indenizações por deslocamento e diárias.

Despesas com deslocamento e diárias.					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Indenização pelos custos com deslocamento (não incidirá BDI e ES)	KM/Mês	2400	R\$ 0,54	R\$ 1.296,00
2	Indenização pelos custos com diárias (não incidirá BDI e ES).	Diária/Mês	220	R\$ 71,55	R\$ 15.741,00
				TOTAL MENSAL	R\$ 17.037,00
				TOTAL ANUAL	R\$ 204.444,00

Grupo 4 – Totalização

ITEM	GRUPO	VALOR TOTAL
1	Grupo 1 – Apoio Técnico e Operacional.	R\$ 214.700,28
2	Grupo 2 – Remuneração de Serviços.	R\$ 455.743,92
3	Grupo 3 – Indenizações por deslocamento e diárias.	R\$ 204.444,00
VALOR GLOBAL DO CONTRATO		R\$ 874.888,20

[Assinaturas manuais]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Grupo 5 – Índices Propostos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor (%)
1	Taxa de Administração - Apoio Técnico e Operacional	5,00%
2	Desconto sobre os preços das tabelas SINAPI/SEINFRA.	21,00%
3	Bonificação por Despesas Indiretas (BDI). (anexar memória de cálculo)	21,58%
4	Encargos Sociais. (anexar memória de cálculo)	116,33%

OBS: Para os preços acima indicados foram considerados os seguintes valores de Taxa de Administração, Desconto, BDI e Encargos Sociais (para os dois últimos, apresentar memória de cálculo conforme anexos 10 e 11)

OBS: O preço proposto para o VALOR GLOBAL DO CONTRATO não deve ser superior ao presente no ANEXO 12 do Termo de Referência, por lote.

TABELA DE REFERÊNCIA VIGENTE

No momento da elaboração desta proposta, estão vigentes as seguintes tabelas de referências de preços:

SEINFRA – CE:	SEINFRA 024
SINAPI:	SINAPI 01/2018



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE LEI SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS - HORISTAS E MENSALISTAS - TABELA SEINFRA 024 e 024.1 (DESONERADA)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TABELA 024.1		TABELA 024	
		HORISTAS %	MENSALISTAS %	HORISTAS %	MENSALISTAS %
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80	16,80	36,80	36,80
A1	INSS	0,00	0,00	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	SEGURO DE ACIDENTES	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
B	ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A	46,45	17,71	46,45	17,71
B1	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	17,87	0,00	17,87	0,00
B2	FERIADOS	3,72	0,00	3,72	0,00
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	0,91	0,69	0,91	0,69
B4	13º SALÁRIO	10,92	8,33	10,92	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,08	0,06	0,08	0,06
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73	0,56	0,73	0,56
B7	DÍAS DE CHUVAS	1,65	0,00	1,65	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,12	0,09	0,12	0,09
B9	FÉRIAS GOZADAS	10,42	7,96	10,42	7,96
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03	0,02	0,03	0,02
C	ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDÊNCIA DE A	15,43	11,78	15,43	11,78
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	6,35	4,85	6,35	4,85
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,15	0,11	0,15	0,11
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	3,56	2,72	3,56	2,72
C4	DEPÓSITO DE RESCISÃO S/ JUSTA CAUSA	4,84	3,69	4,84	3,69
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,53	0,41	0,53	0,41
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	8,33	3,39	17,65	6,95
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,80	2,98	17,00	6,52
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,53	0,41	0,56	0,43
TOTAL (A+B+C+D)		87,01	49,68	116,33	73,24

0

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TAXAS E BDI - BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	%	% ACUM
1	CUSTOS INDIRETOS		
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	
1.2	SEGUROS	0,80%	
1.3	GARANTIAS		
1.4	RISCOS	1,27%	6,07%
2	DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%	1,23%
3	TRIBUTOS		
3.1	PIS	0,65%	
3.2	ISS *	1,50%	
3.3	COFINS	3,00%	
3.4	CPSRB	0,00%	5,15%
4	LUCRO		
4.1	LUCRO BRUTO	7,40%	7,40%
BDI (%) = { [(1 + CUSTOS INDIRETOS) x (1 + DESPESAS FINANCEIRAS) x (1 + LUCRO) / (1 - TRIBUTOS)] - 1 }			
5	Bonificação e Despesas Indiretas		21,58%

* Considerar ISS sobre 50% do preço de venda.

* 3 % de ISS conforme legislação do Município de Fortaleza para o CNAE 4120 (disponível em:

<https://issadmin.scfin.fortaleza.ce.gov.br/grpfor/pagesPublic/atividadeCPBS/consultarAtividadeCPBS.seam>)

* Observar a legislação do município do local de instalação da base de apoio no momento da apresentação da Proposta.

Observação: Os valores percentuais descritos nesta tabela foram calculados com base nos valores estipulados no acórdão TCU 2622/2013.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IX DO CONTRATO

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, do futuro FORNECEDOR, indicado(s) para assinatura do Contrato:

NOME	Francisco Roberto Arcanjo Matos
NACIONALIDADE	Brasileiro
ESTADO CIVIL	Solteiro
PROFISSÃO	Empresário
RG	2001012039623 SSPDS/CE
CPF	028.003.923-98
DOMICÍLIO	Rua Clóvis Meton, nº 35
CIDADE	Fortaleza
UF	CE
FONE	(85) 3099-3007
CELULAR	(85) 99940-6237/ 98653-5110
E-MAIL	arcanjoconstrutora@outlook.com